

Intervenção de **Tiago Oliveira**

Secretário-Geral da CGTP-IN

Delegado dos Trabalhadores - Portugal

(Apenas o texto proferido faz fé)

114^a Sessão da Conferência Internacional do Trabalho

Genebra, 8 de Junho de 2026

Sr^o Presidente, Senhoras e Senhores delegados,

A CGTP-Intersindical Nacional saúda a 114^a Conferência Internacional do trabalho, num contexto onde importa reforçar as organizações multilaterais e o seu contributo para a paz, o progresso social e para melhores condições de vida e de trabalho.

Continuamos a assistir ao alastrar da guerra e dos conflitos. Como assinala o relatório do Director-Geral, apesar do cessar-fogo, subsiste a violência na Palestina e no Líbano, com um brutal genocídio levado a cabo por Israel com o apoio dos EUA. Denunciamos o criminoso bloqueio a Cuba imposto unilateralmente pelos EUA há mais de 60 anos e a escalada de ameaças e agressões.

O modelo económico dominante, o capitalismo, na ânsia de maior lucro e maior concentração de riqueza, é incapaz de responder aos problemas e anseios da maioria. A riqueza concentrada nos últimos anos em bilionários permitiria erradicar a pobreza extrema dezenas de vezes. Como afirma o relatório do Director-Geral, as desigualdades aumentam. Nunca o 1% dos mais ricos teve tanta riqueza assim como também tanto poder.

Os trabalhadores produzem cada vez mais riqueza, mas aumenta a apropriação por uma minoria, com níveis de exploração e desigualdade cada vez maiores. Aumenta por via do ataque às condições de trabalho, especulação sobre a habitação, destruição e privatização dos serviços públicos e promoção de forças xenófobas e racistas.

Que não tenhamos dúvidas, é o trabalho que põe o mundo a girar, mas numa relação desigual de forças entre trabalho e capital. Apesar do reconhecimento desse princípio, assistimos ao avanço de propostas que visam desequilibrar ainda mais a favor do capital essas relações. É nesse sentido que vem a proposta de reforma laboral do governo Português.

Poderíamos pensar que seria uma reforma laboral para acomodar, como alerta o relatório do Director-geral, os impactos da digitalização e da inteligência artificial. Na verdade, procura dificultar o reconhecimento do contrato de trabalho, aumentar a precariedade, permitir o despedimento de trabalhadores com direitos para a seguir contratar empresas externas para o mesmo posto.

No centenário desta casa falava-se da IA e de como a tecnologia podia e pode servir os trabalhadores. Estando na mão do capital e ao serviço do lucro, só servem para intensificar ritmos e aumentar a exploração. O governo português, perante a conquista histórica das 8 horas de trabalho diário, quer voltar ao século XIX, propondo aumentar em 2 horas diárias e até 150 horas anuais o horário de trabalho, trabalho esse que hoje é pago como trabalho suplementar, assim deixaria de o ser. Ataca ainda o direito à amamentação.

Num país onde os jovens são afetados por uma brutal crise na habitação e com salários baixos, a proposta não procura estabilidade. Apesar da Convenção 158, o governo quer permitir o despedimento sem justa causa, limitando a reintegração do trabalhador, mesmo quando o despedimento é ilícito. Quer isto dizer que a justiça deixa de funcionar para quem a procura.

Ao arrepio da Constituição, procura limitar a negociação coletiva, facilitando a caducidade das convenções e permitindo que o patrão decida qual se aplica, confrontando a Convenção 98 e o princípio de que a contratação coletiva é instrumento de alavancagem dos direitos.

O governo procura limitar as consequências do direito à greve, esvaindo este direito reconhecido pela convenção 87, confirmada pela interpretação do Tribunal Internacional de Justiça, que saudamos.

Esta proposta, que o governo apelida do século XXI, é um retrocesso e um ataque aos direitos. Dizemos aqui o que dizemos em Portugal. Não ouvir falar de diálogo social, mas durante 9 meses o governo fugiu à discussão com a CGTP-IN. Teve de ouvir os trabalhadores nas ruas, nas empresas e em duas poderosas greves gerais. A última, no dia 3, os trabalhadores mais uma vez afirmaram que não abdicam dos seus direitos e não aceitam um caminho de retrocesso.

É preciso um caminho inverso, com objetivos ambiciosos de progresso, que coloque a tecnologia ao serviço do bem-estar, que retire a penosidade e os riscos

das profissões, que promova a redução do tempo de trabalho, sem perda de retribuição e uma mais justa distribuição da riqueza.

Na CGTP-IN, nos seus sindicatos, os trabalhadores encontram um espaço de luta, reivindicação e futuro pela valorização do trabalho e dos trabalhadores. Quando aumenta a exploração, o ataque aos direitos, as desigualdades, o fascismo e a guerra, o tempo é de resistência e luta. Porque aos trabalhadores nada foi dado, tudo foi conquistado! O rumo tem de ser outro.